



Período: **JULHO/2013**

Instrução Normativa Nº16, de 26 de agosto de 2013.

A Instrução Normativa nº 16 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, publicada no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2013, regulamenta os procedimentos técnicos e administrativos para a emissão da Autorização Ambiental para a realização de Operações Ship-to-Ship em águas jurisdicionais brasileiras.

Entende-se por Operações Ship-to-Ship (operações STS) a transferência de carga de petróleo e seus derivados entre embarcações localizadas em águas jurisdicionais brasileiras, podendo ocorrer com as embarcações em movimento ou fundeadas.

O disposto nesta IN não é aplicável às operações de transferência de óleo relacionadas com plataformas fixas ou flutuantes, incluídas as plataformas de perfuração, as unidades flutuantes de produção, armazenamento e alívio de carga de óleo (FPSO) utilizadas para a produção e armazenamento de óleo, e as unidades flutuantes de armazenamento (FSU) utilizadas para o armazenamento de óleo produzido; nem às operações de transferência de óleo para o consumo dos navios.

Deverá se cadastrar no Sistema Nacional do Transporte de Produtos Perigosos – SNTPP, o empreendedor interessado em realizar as Operações STS em águas jurisdicionais brasileiras. Para este cadastramento o interessado deverá estar devidamente regular junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP.

Feito o cadastramento, o empreendedor irá solicitar a emissão da Autorização Ambiental para realização de Operações Ship-to-Ship. O IBAMA terá 60 dias de prazo para fazer a análise da solicitação e deferir, ou não, o pedido de autorização. No caso do IBAMA solicitar documentação complementar ou revisões na documentação enviada o prazo será reiniciado a cada novo envio de documentação.

Caso haja o deferimento, a Autorização Ambiental será emitida pelo IBAMA de acordo com as condições e modelo do Anexo 2 desta Instrução Normativa.

A validade da Autorização Ambiental é de 5 anos, iniciada a contagem a partir do deferimento do IBAMA. O Instituto poderá cancelar ou suspender a Autorização Ambiental emitida, mediante decisão motivada.

Aquele que desejar realizar Operações STS em áreas cobertas por processos de licenciamento ambiental deverá requerer autorização para as Operações Ship-to-Ship na esfera do processo de licenciamento.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



As Áreas de Restrição às operações STS são: (i) Áreas costeiras a menos de 50 km do litoral; (ii) Áreas a menos de 50 km de Unidades de Conservação marinhas (federais, estaduais ou municipais); (iii) Áreas de Montes Submarinos em profundidades inferiores a 500 metros de lâmina d'água. Poderão ser submetidas à análise do IBAMA as áreas enquadradas nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

A realização de Operações STS fica proibida nas Bacias da Foz do Amazonas e de Pelotas e na Área do Complexo Recifal de Abrolhos, entre os paralelos 15°45' S e 19°38' S.

O empreendedor deverá enviar ao IBAMA, durante o cadastramento no SNTPP, em formato digital, a documentação e os estudos que constam no Anexo 1 desta IN.

Deve definir com clareza as atribuições e responsabilidades da empresa responsável por prestar atendimento aos acidentes envolvendo as Operações STS, o Plano de Ação de Emergência (PAE), prevendo os recursos humanos e materiais compatíveis com os cenários identificados no Estudo de Análise de Riscos (EAR), bem como os procedimentos de acionamento, fluxograma de comunicação aos órgãos públicos e rotinas de resposta às emergências, em conformidade com a tipologia dos cenários acidentais estudados.

O requerimento para a realização de Operações STS deverá ser feita por ofício endereçado à Diretoria de Proteção Ambiental do IBAMA, que ficará responsável por avaliar a documentação enviada, até a operacionalização do SNTPP.

É válida a Autorização Ambiental para a realização de Operações STS emitida por ofício, enquanto estejam em vigor os dispositivos legais que serviram de base para sua emissão.

O empreendedor que tiver a Autorização Ambiental para realização de Operações STS terá o prazo de 90 dias para se cadastrar no Sistema e enviar as informações e documentações solicitadas pela Autarquia, a partir da efetiva implantação do SNTPP, sob pena de sua atividade ser considerada irregular.

Esta Instrução Normativa entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Instrução Normativa RFB nº 1.387/2013 – Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) e dá outras providências.

Foi publicada no Diário Oficial da União de 22/08/2013 a Instrução Normativa RFB nº 1.387, de 21/08/2013, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012 para estabelecer novas regras acerca da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

A nova instrução normativa prorrogou o prazo para a apresentação da EFD-Contribuições relativa ao PIS/PASEP e à COFINS das entidades financeiras e equiparadas, para que sejam informados os fatos geradores destas exações a partir de 1º de janeiro de 2014.

As pessoas jurídicas que desenvolvem as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º e no Anexo II da Lei nº 12.546/2011 deverão apresentar a EFD-Contribuições relativa à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012.

No caso da pessoa jurídica ser sócia ostensiva de Sociedade em Conta de Participação, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, a EFD-Contribuições deverá ser transmitida separadamente, para cada SCP, além da transmissão da EFD-Contribuições da sócia ostensiva.

O ato normativo alterador também prevê que a geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações neles constantes, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação aplicável, e que a recepção do arquivo digital da EFD-Contribuições não implicará reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem homologação da apuração das contribuições efetuada pelo contribuinte.

A IN RFB nº 1.387 também traz disposições acerca das penalidades para determinar que a não apresentação da EFD-Contribuições até o décimo dia útil do segundo mês subsequente ao que se refira a escrituração sujeitará o infrator à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês-calendário ou fração, relativamente às pessoas jurídicas que, na última declaração apresentada, tenham apurado lucro presumido; (Incluído pela Lei nº 12.766, de 2012), e de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês-calendário ou fração, relativamente às pessoas jurídicas que, na última declaração apresentada, tenham apurado lucro real ou tenham optado pelo autoarbitramento.

Seu texto também expressa que o direito de o contribuinte pleitear a retificação da EFD-Contribuições extingue-se em cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele a que se refere à escrituração substituída.

Traz também que a pessoa jurídica poderá apresentar arquivo retificador da escrituração, em atendimento a intimação fiscal.

Para estes fins, a apresentação poderá ser feita na hipótese de alterar débitos de Contribuição em relação aos quais a pessoa jurídica tenha sido intimada de início de procedimento fiscal, havendo recolhimento anterior ao início do procedimento fiscal, em valor superior ao escriturado no arquivo original, desde que o débito tenha sido também declarado em DCTF, bem como na hipótese de alterar créditos de Contribuição objeto de exame em procedimento de fiscalização ou de reconhecimento de direito creditório de valores objeto de Pedido de Ressarcimento ou de

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Declaração de Compensação, decorrente da não escrituração de operações com direito a crédito, ou da escrituração de operações geradoras de crédito em desconformidade com o leiaute e regras da EFD-Contribuições.

Neste aspecto, ficou estabelecido, ainda, que a pessoa jurídica que transmitir arquivo retificador da EFD-Contribuições, alterando valores que tenham sido informados na DCTF, deverá apresentar, também, DCTF retificadora, observadas as disposições normativas quanto à retificação desta declaração.

Por fim, dispõe que a entrega da EFD-Contribuições, relativa a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2012 a fevereiro de 2013, para os importadores e para as pessoas jurídicas que procedam à industrialização de Cervejas de malte e cervejas sem álcool, em embalagem de lata, classificadas nos códigos 2203.00.00 e 2202.90.00 Ex 03, da TIPI fica prorrogado para o décimo dia útil do mês seguinte ao da publicação desta Instrução Normativa, sendo que tal prorrogação aplica-se também aos casos de extinção, incorporação, fusão, cisão parcial ou cisão total que ocorrerem nos meses de outubro de 2012 a fevereiro de 2013.

A Instrução Normativa RFB nº 1.387 entrou em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da norma, clique [aqui](#).

Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 – *Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.*

Publicada em 05 de agosto de 2013 no Diário Oficial da União – Edição Extra, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, conceitua organização criminosa e versa sobre investigação criminal, os meios de obtenção de prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

A organização criminosa, que diz respeito esta lei, é a associação de, no mínimo de 4 pessoas, cada um com sua respectiva atividade, com o objetivo de obter, de forma direta ou indireta, vantagem de qualquer natureza, diante da prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Esta lei se estende também: i) às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente; ii) às organizações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional, por foro do qual o Brasil faça parte, cujos atos de suporte ao terrorismo, bem como os atos preparatórios ou de execução de atos terroristas, ocorram ou possam ocorrer em território nacional.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Incorre na pena de 3 a 8 anos e multa, sem prejuízo das penas correspondentes a outras infrações penais praticadas, quem promover constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, bem como a quem impede ou atrapalha investigação da infração penal.

O funcionário público que, por indícios suficientes, tiver comprovada sua integração com a organização criminosa poderá ter seu emprego, função ou cargo afastado cautelarmente por deliberação judicial, sem prejuízo de sua remuneração, no caso em que se fizer necessária à investigação ou instrução processual. Quando condenado com trânsito em julgado, este terá a perda de seu cargo, função, emprego ou mandato eletivo e interdição pelo prazo de 8 anos subsequentes ao cumprimento da pena.

Em fase de persecução penal serão aceitos também os seguintes meios de obtenção de provas: i) colaboração premiada; ii) captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; iii) ação controlada; iv) acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; v) interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; vi) afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; vii) infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do art. 11; viii) cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.

Na colaboração premiada, o colaborador que de forma efetiva e voluntária ajudar com a investigação e processo criminal poderá ter, por determinação judicial e a requerimento das partes, o perdão judicial e a pena privativa de liberdade reduzida até 2/3 ou substituída por restritiva de direitos. Contudo, para isso a colaboração deve atingir os resultados específicos constantes nesta lei. Ainda, se obtidos estes resultados o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra o colaborador, desde que este não seja o líder da organização criminosa ou for o primeiro a prestar colaboração.

Se a colaboração for posterior à sentença, a pena poderá ser reduzida até a metade ou será admitida a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos.

O colaborador prestará compromisso legal de dizer a verdade sempre que depor e renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio.

Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento somente nas declarações de agente colaborador.

São direitos do colaborador: i) usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; ii) ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados; iii) ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; iv) participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; v) não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; vi) cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Com relação à ação controlada, esta consiste em diminuir a intensidade da investigação policial ou administrativa, que deverá permanecer em observância, para que a medida a ser utilizada seja feita em um momento mais adequado, no qual poderão adquirir provas e informações com melhor eficiência.

Na investigação poderá ocorrer a infiltração de agentes, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, que deverá ser precedida de autorização judicial de forma circunstanciada, motivada e sigilosa. Essa investigação é representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público.

Será permitida a infiltração de agentes se houver suspeitas de organização criminosa e se não for possível obter provas por qualquer outro meio disponível.

A autorização para a infiltração terá validade de 6 meses e poderá ser renovada se comprovada a necessidade.

Esta Lei aborda os crimes que podem ser cometidos na investigação ou obtenção de provas, bem como suas respectivas penalidades. São eles:

i) Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito:

Pena – reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.

ii) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas:

Pena – reclusão, de 1 a 4 anos, e multa.

iii) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes:

Pena – reclusão, de 1 a 4 anos, e multa.

iv) Recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo:

Pena – reclusão, de 6 meses a 2 anos, e multa.

Neste último crime, incorre na mesma pena quem, de forma indevida, se apossa, propala, divulga ou faz uso dos dados cadastrais de que trata esta Lei.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Aplicar-se-á o procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Penal, aos crimes desta lei e às infrações penais conexas.

Alterou o art. 288 do Código Penal, onde a denominação “quadrilha ou bando” passa a ser “associação criminosa” e modifica a pena, que poderia dobrar apenas se a quadrilha/bando era armada; com a nova redação, aumenta-se até a metade com emprego de arma ou participação de criança ou adolescente.

Ainda, aumenta a pena do crime de falso testemunho, escrito no Código Penal, para 2 a 4 anos e multa.

Esta Lei entra em vigor depois de 45 dias da data de sua publicação oficial e revoga a [Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995](#).

Para acessar a íntegra da Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, [clique aqui](#).

Lei nº 12.854, de 26 de agosto de 2013 – Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.

Publicada em 27 de agosto de 2013 no Diário Oficial da União, a Lei nº 12.854 fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas pelo Poder Público e em áreas degradadas em posse de agricultores familiares assentados, de quilombolas e de indígenas.

Este incentivo será feito pelo Governo Federal, dentro dos programas e políticas públicas ambientais já existentes.

Nas áreas que foram citadas, as ações de reflorestamento deverão representar alternativa econômica e de segurança alimentar e energética para o público beneficiado.

Poderão ser financiadas com recursos de fundos nacionais como o de Mudança do Clima, o da Amazônia, o do Meio Ambiente e o de Desenvolvimento Florestal, bem como de outras fontes provenientes de acordos bilaterais ou multilaterais, de acordos decorrentes de ajustes, contratos de gestão e convênios celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal, de doações e, ainda, de verbas do orçamento da União ou privadas, as ações de recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Resolução RDC nº42, de 29 de agosto de 2013 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos em Alimentos.

Publicada aos 30 de agosto de 2013, no Diário Oficial da União, pela Diretoria Colegiada da ANVISA, a Resolução nº 42/13 aprova o Regulamento Técnico a respeito dos Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos em Alimentos, conforme Anexo desta Resolução.

Ao ordenamento jurídico nacional da Resolução GMC MERCOSUL nº 12/11 é incorporada esta Resolução.

Os limites máximos de arsênio, cádmio, chumbo estanho e mercúrio que estão no Anexo da Portaria SVS nº 685/98 estão revogados.

Caso descumpridas as disposições nesta Resolução e no regulamento por ela aprovado, será considerado infração sanitária, de acordo com a Lei nº 6.437/77, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Esta Resolução entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 86/2013 – Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações com gado e carne.

A Portaria CAT 86, de 21 de agosto de 2013, publicada no DOE em 23/08/2012, fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS incidente sobre as operações efetuadas com gado e carne, que deverá ser calculado sobre os valores fixados na tabela de valores que segue anexa a esta norma.

Importante ressaltar que o imposto será calculado sobre o valor da operação, quando este for superior ao mínimo fixado em pauta.

A Portaria CAT 86/2013 entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria CAT 06, de 18 de fevereiro de 2013, que tratava do assunto.

Para conhecer o inteiro teor da portaria em tela e da respectiva Tabela de Valores, [clique aqui](#).

Decreto nº 59.486, de 30-08-2013 – Introduce alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS e dá outras providências.

O Decreto nº 59.486, de 30 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 31.08.2013, além de retificar o item 71 do § 1º do Artigo 313-Z19 do RICMS (Decreto

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



nº 45.490/2000), apenas para corrigir o código NCM dos aparelhos elétricos para filtrar ou depurar água, acrescentou os itens 77 e 78 ao mesmo Artigo 313-Z19 do RICMS, para incluir os seguintes produtos no regime de substituição tributária do ICMS:

- climatizadores de ar (NCM 8479.60.00); e
- outras partes para máquinas e aparelhos de ar-condicionado que contenham um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a umidade, incluindo as máquinas e aparelhos em que a umidade não seja regulável separadamente (NCM 8415.90.90).

Em relação aos estoques de tais produtos existentes em 30.09.2013, deverão os estabelecimentos paulistas, exceto o fabricante, importador ou arrematante de mercadoria importada do exterior:

- (i) recolher o imposto devido pela operação própria e subsequentes com base no Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST divulgado pela Secretaria da Fazenda, em até 10 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 30.11.2013, facultada a utilização de saldo credor de ICMS;
- (ii) elaborar relação das mercadorias em estoque e entregar arquivo digital, de acordo com regulamentação a ser expedida pela Secretaria da Fazenda, exceto se o contribuinte for optante do Simples Nacional, hipótese em que manterá a relação em arquivo, pelo prazo de 5 anos, para apresentação ao Fisco, quando solicitado.

O Decreto nº 59.486/2013 entrou em vigor em 31.08.2013, exceto quanto à inclusão dos produtos acima referidos no regime da substituição tributária, norma que entrará em vigor em 1º.10.2013. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Ato Declaratório Interpretativo nº 4, de 27 de agosto de 2013 – Declara a forma de contribuição para a Previdência Social pelas empresas que específica, em decorrência do encerramento da vigência da medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012.

Publicado nesta quarta feira, 28 de agosto, o Ato Declaratório Interpretativo nº 04 (de 27/08/2013) esclarece alguns aspectos relativos a forma da contribuição social (INSS) em virtude do encerramento da vigência da Medida Provisória nº 601, de 28/12/2012.

As empresas inseridas na sistemática da desoneração da folha de pagamento por força da MP 601/2012, na forma definida pelos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546/2011, deverão contribuir para a Previdência Social da seguinte forma:

(a) Competências abril e maio de 2013: contribuição substitutiva, incidente sobre a receita bruta (artigos 7º e 8º da Lei nº 12.546/2011);

(b) A partir da competência junho/2013, a contribuição volta a incidir sobre a folha de pagamento, na forma definida pelo art. 22, incisos I e III, da Lei nº 8.212/1991, inclusive às empresas do segmento de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção



de programas de computação e bancos de dados, inseridas no art. 7º da Lei nº 12.546/2011, pela MP 601/2012;

(c) Na hipótese de contratação de empresas para execução dos serviços relacionados no § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.546/2011, mediante cessão de mão de obra (art. 31 da Lei nº 8.212/1991), a empresa contratante deverá reter:

- 3,5% do valor bruto da NF ou fatura de prestação de serviços, para aqueles prestados nas competências de abril e maio/2013; e
- 11% do valor bruto da NF ou fatura de serviços prestados a partir de junho/2013.

A receita bruta decorrente de transporte internacional de carga fica excluída da base de cálculo da contribuição sobre a receita bruta.

Por fim, foram reinseridos no Anexo I, da Lei nº 12.546/2011, desde a competência junho/2013, os seguintes produtos, classificados nos códigos NCM: 3006.30.11, 306.30.19 (Preparações *opacificantes* para exames radiográficos), 7207.11.10 (Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado – *billets*), 7208.52.00, 7208.54.00 (Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados ou chapeados, nem revestidos), 7214.10.90, 7214.99.10 (Barras de ferro ou aço não ligado, simplesmente forjadas, laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, incluindo as que tenham sido submetidas a torção após laminagem), 7228.30.00, 7228.50.00 (Barras e perfis, de outras ligas de aço), 8471.30 (Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades), 9022.14.13 e 9022.30.00 (aparelhos de raio X e partes) da TIPI.

Para acessar o inteiro teor do Ato Declaratório Interpretativo nº 4, de 2013, [clique aqui](#).

Portaria CAT 81/2013 – Estabelece a base de cálculo na saída de pilhas e baterias novas, a que se refere o artigo 313-R do Regulamento do ICMS.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 08/08/2013, a Portaria CAT 81, de 07 de agosto de 2013, estabelece a base de cálculo na saída de pilhas e baterias novas a que se refere o artigo 313-R do Regulamento do ICMS.

A norma em tela determina que, no período de 01-09-2013 a 31-05-2015, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes de pilhas e baterias novas, classificadas na posição 8506 da NBM/SH, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST de **63,91%**.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remetente, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado = $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, onde:

- IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;
- ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Importante destacar que a partir de 01-06-2015 o IVA-ST será 73,10%, contudo, poderá ser substituído por outro percentual, desde que, cumulativamente:

1) a entidade representativa do setor apresente à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 30 de agosto de 2014, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 28 de fevereiro de 2015, a entrega do levantamento de preços;

2) seja editada a legislação correspondente.

Vale salientar que o não cumprimento desses prazos poderá acarretar: a) o adiamento proporcional na implantação do IVA-ST resultante do levantamento de preços; b) a aplicação do IVA-ST de 73,10%.

A Portaria CAT 81/2013 entra em vigor em 1º de setembro de 2013, ficando revogada a Portaria CAT 110, de 27/08/2012, que tratava do assunto.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 81/2013, [clique aqui](#).

Decreto n° 8.071, de 14 de agosto de 2013 – Altera o Decreto no 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o disposto na Lei n° 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.

Publicado em 15 de agosto de 2013, no Diário Oficial da União, o Decreto n° 8.071 altera o Decreto 8.033 de 2013.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Será instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na esfera do Sistema Nacional de Emprego – SINE, banco de dados específico para o setor portuário, com a intenção de organizar a identificação e a oferta de mão de obra qualificada, intitulado SINE-PORTO.

Deverá constar neste SINE-PORTO, pelo menos, a identificação do trabalhador, a qualificação profissional obtida para o exercício das funções e o registro ou cadastramento em órgão de gestão de mão de obra, quando couber.

Terão prioridade no acesso a programas de formação ou qualificação profissional que são oferecidos pelo SINE ou Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, os trabalhadores portuários avulsos inscritos no respectivo órgão de gestão de mão de obra, constantes no SINE-PORTO.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto 8.072/2013 - Altera o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.

Publicado no Diário Oficial da União, de 15/08/2013, o Decreto 8.072, de 14/08/2013, altera o Decreto 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.

O Decreto 8.072/2013 dá nova redação ao § 2º do artigo 22 do Decreto 5.906/2006 para elucidar sobre o reconhecimento do direito à fruição da isenção ou da redução do IPI, o qual será concedido após análise do atendimento dos requisitos estabelecidos naquele dispositivo.

Importante alteração trazida pelo Decreto 8.072/2013 refere-se à inclusão do artigo 23-A ao Decreto 5.906/2006 que permite à pessoa jurídica requerer “habilitação provisória” para fruição dos benefícios fiscais, desde que atendidas as condições que especifica, inclusive para produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva.

Vale destacar que o novel dispositivo trata da vigência da habilitação provisória e convalidação de seus efeitos na hipótese de deferimento da habilitação definitiva. Estabelece, ainda, que na hipótese de indeferimento do pleito de habilitação definitiva, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de 10 (dez) dias do indeferimento do pleito ou da desistência do pedido, os tributos objeto do benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Ademais, foi modificado o texto do § 6º do artigo 36 do Decreto 5.906/2006 dispensando a publicação no Diário Oficial da União de portaria, expedida pelos Ministros de Estado da

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, quando do cancelamento do benefício.

Por fim, o Decreto 8.072/2013 altera o artigo 45 da norma em comento e determina que as notas fiscais relativas à saída dos produtos contemplados com isenção ou redução do IPI, deverão conter expressa referência ao Decreto 5.906/2006 e ao benefício fiscal usufruído, bem como ao ato de habilitação definitiva, ou ao ato de habilitação provisória, durante a sua vigência.

O Decreto 8.072/2013 entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto 8.072/2013, [clique aqui](#).

Decreto nº 8.073, de 14 de agosto de 2013 – Altera o Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011, que regulamenta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA, para contemplar as alterações introduzidas pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.

Foi publicado no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2013 o Decreto nº 8.073 (de 14/08/2013) que alterou o regulamento do REINTEGRA, aprovado pelo Decreto nº 7.633/2011, para o fim de adequá-lo as alterações promovidas pela Lei nº 12.688/2012.

Em suma, as montadoras e fabricantes de autopropulsados (de que tratam os arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440/1997) e os empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, bem como aqueles localizados na região Centro-Oeste (exceto no Distrito Federal), mencionadas no art. 1º da Lei nº 9.826/1999, ficam autorizadas a requerer o REINTEGRA, nos termos e condições estabelecidos pela Lei nº 12.546/2011 e Decreto nº 7.633/2011.

Além disso, restou definido que do valor apurado pelo REINTEGRA, 17,84% do montante total corresponderão a crédito do PIS/PASEP e 82,16% a crédito da COFINS.

Foi expressamente definido que, no caso da Empresa Comercial Exportadora (ECE) que revender, no mercado interno, os produtos adquiridos para exportação ou que, no prazo de 180 dias contados da data da emissão da NF de venda pela empresa exportadora, não tiver efetuado a exportação dos produtos para o exterior, deverá efetuar o recolhimento do valor atribuído à empresa produtora vendedora, até o décimo dia subsequente ao da revenda no mercado interno ou ao do vencimento do prazo de 180 dias, estabelecido para a efetivação da exportação, devidamente acrescido de multa de mora ou de ofício e de juros equivalentes à Taxa SELIC.

O REINTEGRA será aplicado às exportações realizadas até o dia 31 de dezembro de 2013.

O Decreto nº 8.073, de 2013, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Instrução Normativa MPA n° 12, de 22 de julho de 2013 - Altera a redação do art. 2° da Instrução Normativa MPA n° 13, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre critérios e procedimentos administrativos referentes à atualização dos dados e à substituição das Licenças de Pescador Profissional no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP.

Publicada em 23 de julho de 2013 no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa do Ministério da Pesca e Aquicultura n° 12, de 2013, modifica o artigo 2° da Instrução Normativa MPA n° 13, de 2012, que trata de atualização de dados e substituição da Licença de Pescador Profissional no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP.

A nova redação do artigo segundo da IN MPA n° 13/2012 trazida por esta norma, dilata o prazo, para atualização dos dados e requerimento da substituição da Licença, para 60 dias a contar da data de aniversário de cada pescador profissional, que deverão ser realizados através do sítio do Ministério da Pesca e Aquicultura (www.mpa.gov.br) ou na Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado correspondente.

Quando findo o prazo de 60 dias comentado anteriormente, o pescador terá mais 60 dias para proceder à atualização de dados e requerer a substituição da Licença, exclusivamente na Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura.

Encerrado o prazo dos 120 dias para atualização, a Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do MPA publicará em seu sítio a relação dos registros suspensos. No entanto, ainda assim, o pescador poderá, no prazo de 30 dias contados a partir do primeiro dia útil à publicação da relação no sítio do MPA, apresentar recurso administrativo na Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado respectivo.

Caso seja o recurso apresentado fora do tempo ou indeferido, a Licença será cancelada definitivamente.

A vigência da Instrução Normativa MPA n° 12/2013, iniciou-se na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Resolução ANA n° 903, de 22 de julho de 2013 – Cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais – RNQA e estabelece suas diretrizes.

Publicada no dia 06 de agosto de 2013, no Diário Oficial da União, a Resolução n° 903 cria a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade – RNQA, na esfera do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais – PNQA, que tem por objetivo analisar a tendência de evolução da qualidade das águas superficiais; avaliar se a qualidade atual das águas atende os usos estabelecidos pelo enquadramento dos corpos d'água superficiais; identificar áreas críticas com relação à poluição hídrica; aferir a efetividade da gestão sobre as ações de

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



recuperação da qualidade das águas superficiais e apoiar as ações de planejamento, outorga, licenciamento e fiscalização.

Com a finalidade de permitir a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade, a RNQA deverá ser articulada com a Rede Hidrometeorológica Nacional e ao Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos – SNIRH.

O inteiro teor da Resolução e seus Anexos I, II e III, e também as demais informações relacionadas estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013 – Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Publicada em 6 de agosto de 2013 no Diário Oficial da União, a Lei n° 12.852 cria o Estatuto da Juventude e trata sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

São considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. Aos adolescentes entre de 15 e 18 anos de idade aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente será utilizado este Estatuto.

As demais informações a respeito desta Lei podem ser encontradas no link abaixo.

Esta Lei entra em vigor decorridos 180 dias de sua publicação oficial. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Comunicado DA 46, de 12-08-2013 – Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1° a 30/09/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 13/08/2013, o Comunicado DA 46, de 12/08/2013, divulgando o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1° a 30/09/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS que será de 0,03% ao dia, ou 0,90% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 46/2013, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Resolução Normativa ANEEL nº 556, de 18 de junho de 2013 – Aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE.

Publicada no Diário Oficial da União em 2 de julho de 2013, a Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 556, de 18 de junho do mesmo ano, aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, versão 2012 (ANEXO I), que está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, na seção de Eficiência Energética.

Os projetos de Eficiência Energética poderão ser enviados à ANEEL em qualquer época do ano pela concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica, sendo que todos os projetos deverão ser cadastrados no Sistema de Gestão de Eficiência Energética antes do início de sua execução.

A ANEEL, para reconhecer o investido que fora realizado, avaliará os relatórios da concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica, que deverá enviar os seus relatórios final, de medição e verificação e de auditoria contábil e financeira.

Com o escopo de reconhecimento do investimento realizado, deverão ser enviados pela concessionária ou permissionária, através do Sistema de Gestão de Eficiência Energética, os relatórios final, de mediação e verificação e de auditoria contábil e financeira do projeto de Eficiência Energética para serem avaliados pela ANEEL.

Deverão ser enviados mensalmente à ANEEL, através do Sistema de Gestão de Eficiência Energética, pela concessionária ou permissionárias de distribuição de energia elétrica, os valores da ROL que serão investidos em projetos de Eficiência Energética, e também os lançamentos relacionados à execução dos projetos e o saldo da remuneração pela taxa SELIC desde o conhecimento contábil das receitas. Estes valores e lançamentos deverão ser enviados até o 5º dia útil do segundo mês subsequente ao reconhecimento contábil.

As planilhas de apuração mensal dos montantes devidos e dos aplicados na execução dos projetos deverão ser mantidas pelas concessionárias ou permissionárias para uma eventual fiscalização da ANEEL.

Se o montante acumulado na Conta Contábil de Eficiência Energética, até 31 de dezembro de cada ano, pela distribuidora de energia elétrica responsável, for superior ao investimento obrigatório dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, ou 36 (trinta e seis) meses para as distribuidoras com mercado de energia elétrica inferior a 1.000 GWh por ano, a concessionária ou permissionária sofrerá as penalidades que estão previstas na Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004.

Para o montante acima descrito não serão incluídos os rendimentos provenientes da remuneração pela taxa SELIC, os rendimentos provenientes dos contratos de desempenho e os lançamentos relacionados à execução dos projetos.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



A logomarca do Programa de Eficiência Energética – PEE terá que vir sempre junto com a logomarca da ANEEL e ser usada em todos os documentos, reportagens, divulgação de projetos, eventos e demais ações com apresentação de imagens envolvendo o PEE. Deve ser mencionado o Programa e a fonte do recurso, também quando houver qualquer veiculação de notícia, além da logomarca.

É vedada qualquer veiculação do PEE com relação a programas ou matérias político-partidárias ou de interesse privado.

Se desobedecidas estas regras com relação à logomarca e divulgação do PEE, os recursos empregados no projeto de eficiência energética ou em ações de gestão não serão abatidos das obrigações legais a que se refere à Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000.

A partir de 24 meses da data de publicação desta norma, ao menos uma vez por ano, as concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão realizar Chamada Pública para seleção de projetos.

Deverá ser aplicado pela concessionária ou permissionária no mínimo 50 % do investimento obrigatório em unidades consumidoras das duas classes de consumo com maior participação em seu mercado de energia elétrica. Integram esta percentagem os rendimentos da SELIC e os reembolsos provenientes de contratos de desempenho e excluindo valores comprometidos com outras obrigações legais.

Os projetos qualificados deverão ser selecionados por um sistema de qualidade e preço, no qual deve-se observar as disposições contidas no documento Critérios para Elaboração de Chamada Pública de Projetos, elaborado pela ANEEL.

Se as ações de eficiência energética economicamente viáveis e apuradas em diagnóstico energético nas instalações do consumidor beneficiado sejam ou já tenham sido implementadas, será possível realizar investimentos em geração de energia a partir de fontes incentivadas com recursos do PEE.

Para efeito desta Resolução, consideram-se fontes incentivadas a central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 100 kW, no caso de microgeração, ou com potência instalada superior a 100 kW e menor ou igual a 1 MW, para o caso de minigeração, que utilize fontes com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras.

Os projetos anteriores a esta norma devem obedecer à regulamentação vigente na data de sua submissão.

Os saldos remanescentes de ciclos/anos anteriores provenientes do não cumprimento de investimentos mínimos obrigatórios deverão ser aplicados nos termos do Procedimento do Programa de Eficiência Energética.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Esta Resolução entrou em vigor na data de sua publicação e para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Decreto nº 59.413, de 8 de agosto de 2013 – Altera o Decreto nº 58.811, de 27/12/2012, que instituiu o PEP do ICMS no Estado de São Paulo, para liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de 9 de agosto de 2013 o Decreto nº 59.413 de 8/08/2013 que, por meio da alteração do Decreto nº 58.811, de 27/12/2012, que instituiu o PEP do ICMS no Estado de São Paulo, incluiu a possibilidade de liquidar os débitos fiscais decorrentes de *(i) desembaraço aduaneiro de mercadoria importada do exterior, quando destinada à comercialização ou industrialização* e *(ii) do ICMS devido a título de substituição tributária* em até 120 parcelas, no âmbito do mencionado parcelamento especial.

O Decreto nº 59.413 entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 81/2013 – Estabelece a base de cálculo na saída de pilhas e baterias novas, a que se refere o artigo 313-R do Regulamento do ICMS.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 08/08/2013, a Portaria CAT 81, de 07 de agosto de 2013, estabelece a base de cálculo na saída de pilhas e baterias novas a que se refere o artigo 313-R do Regulamento do ICMS.

A norma em tela determina que, no período de 01-09-2013 a 31-05-2015, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes de pilhas e baterias novas, classificadas na posição 8506 da NBM/SH, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST de **63,91%**.

Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remetente, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado = $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$, onde:

- IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Importante destacar que a partir de 01-06-2015 o IVA-ST será 73,10%, contudo, poderá ser substituído por outro percentual, desde que, cumulativamente:

1) a entidade representativa do setor presente à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 30 de agosto de 2014, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 28 de fevereiro de 2015, a entrega do levantamento de preços;

2) seja editada a legislação correspondente.

Vale salientar que o não cumprimento desses prazos poderá acarretar: a) o adiamento proporcional na implantação do IVA-ST resultante do levantamento de preços; b) a aplicação do IVA-ST de 73,10%.

A Portaria CAT 81/2013 entra em vigor em 1º de setembro de 2013, ficando revogada a Portaria CAT 110, de 27/08/2012, que tratava do assunto.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 81/2013, [clique aqui](#).